

## REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA RECENTE

Alexis Toríbio Dantas\*

Luiz Fernando Cerqueira\*\*

A discussão acerca da política econômica no Brasil, sobretudo após o Plano Real, apresenta uma característica bem marcada: políticas macroeconômicas devem ser montadas para garantir a estabilidade dos preços relativos. Essa mudança segue, fundamentalmente, o receituário ortodoxo dominante a partir da virada da década de 70 para os 80 – quando a discussão keynesiana de políticas macro visando a estabilização do produto perde peso tanto na academia quanto na prática das políticas econômicas.

Assim, o crescimento econômico sustentável seria um resultado fundamentalmente microeconômico, ou seja, decorrente de transformações técnico-produtivas induzidas pelo processo concorrencial que aumentassem a produtividade total dos fatores – determinando, portanto, um deslocamento da função de produção.

Seguindo essa lógica, uma trajetória virtuosa de crescimento resultaria de uma política macro bem comportada, associada a reformas econômicas que garantissem maior exposição das empresas à competição – especialmente à concorrência internacional. Não é à toa que, mesmo com a mudança das bases da política econômica após a crise de 1999 no Brasil, determinando o fim da experiência de âncora cambial do Plano Real, a idéia de ajuste e retomada do crescimento manteve essas mesmas bases. Isso inclui as diversas posições críticas que vêm ganhando corpo nos últimos anos – discordam de algumas questões técnicas, principalmente de condução da política monetária e das metas de superávit primário, mas sustentam a idéia original do papel da política econômica.

Assumindo um diagnóstico alternativo fundado na idéia de uma vulnerabilidade externa estrutural, uma nova composição de política econômica pode ser proposta – apoiada em dois pilares fundamentais. Por um lado, no que diz respeito ao mercado de câmbio, o aumento do volume de negociações não parece ser suficiente para reduzir a grande volatilidade da taxa cambial, cujos reflexos sobre os preços relativos são penosos para a economia. Nesse sentido, as medidas alternativas sugeridas pelas evidências empíricas apontam para uma indispensável disciplina dos fluxos de divisas. Destaca-se a incorporação de controles de capitais, buscando ampliar a capacidade de controle dos movimentos da taxa cambial em regime flutuante. Este mecanismo tende a evitar oscilações bruscas do câmbio, garantindo patamares mais estáveis para a cotação da moeda estrangeira.

---

\* Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ). Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

\*\* Professor assistente da Universidade Federal Fluminense (UFF), MSc., PUC-RIO, MA Université Laval, Québec, e aluno de doutorado do Instituto de Economia da UFRJ

Isto permite a definição de uma política monetária com maior grau de liberdade, possibilitando uma redução mais relevante da taxa de juros – não só pela menor pressão do câmbio sobre preços internos, mas também pelo menor risco de uma fuga de capitais. Este recuo da taxa de juros, ao mesmo tempo, desafoga as despesas financeiras do governo, impedindo o crescimento explosivo da dívida mobiliária pública. A maior autonomia da política monetária e o desafogo da política fiscal, aliadas a uma mudança na estrutura produtiva a médio e longo prazos, possibilitariam uma trajetória de crescimento mais segura para a economia brasileira.

Por outro lado, no que se refere à estrutura produtiva, apesar do aumento incontestado dos níveis de produtividade no país a partir dos anos 90, dois aspectos sobressaem. Primeiro, a elevação dos níveis de produtividade foi arrefecendo claramente sua dinâmica após um primeiro grande salto com a abertura comercial dos anos 90. Segundo, o coeficiente de importações elevou-se substancialmente. Além disso, a pauta de exportações não apresentou mudanças significativas neste período, mantendo uma estrutura fortemente concentrada em produtos de baixa elasticidade renda. Nesse contexto, a elevação das exportações nos últimos anos (e o conseqüente acúmulo de saldos positivos no balanço comercial brasileiro) não garante uma situação externa mais estável no longo prazo.

Assim, uma reversão sustentada destas condições exige a adoção de políticas industriais e tecnológicas voltadas para o adensamento das cadeias produtivas e a incorporação de produtos de maior conteúdo tecnológico à pauta de bens exportados – a idéia de ajuste natural da estrutura produtiva como resposta natural de um ambiente pró-competitivo não é, portanto, concebida como viável, necessitando de mecanismos de coordenação extra-mercado neste sentido.

Em suma, nessas condições, uma política econômica alternativa voltada para garantir condições de um crescimento econômico mais robusto e sustentável deveria preconizar, ao mesmo tempo, um conjunto de medidas que:

(a) no âmbito conjuntural, garantissem um maior grau de liberdade na condução das variáveis monetárias e fiscais, sobretudo no que se refere a uma redução das taxas de juros a níveis compatíveis com os praticados na economia internacional;

(b) do ponto de vista estrutural, conduzissem a uma mudança determinante de uma maior solidez da estrutura produtiva doméstica, em particular buscando reduzir a elasticidade-renda das importações, através do adensamento de cadeias produtivas-chaves, e a sofisticação da pauta de exportações – o que permitiria um desempenho dinamicamente favorável de inserção externa.